

# **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **1 Contexto operacional**

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo, tem por atividade a participação no capital social de outras empresas nas áreas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Saneamento Básico, Controle de Poluição, Tratamento de Efluentes Industriais, Gás, Biocombustível, Transportes, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2010 foi aprovado, entre outros, a alteração da denominação social da Companhia de Desenvix S.A. para Desenvix Energias Renováveis S.A.

Em 2 de setembro de 2011, a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por meio do GAE 1.984-11, deferiu o pedido de registro para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no mercado de balcão organizado. As ações da Companhia estão registradas com o código DVIX3M. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissária constante no seu estatuto social.

Em 19 de setembro de 2011, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Ofício CVM/SEP/RIC/nº 028/2011, concedeu à Companhia o registro de Companhia aberta, categoria "A".

O Grupo atua de maneira integrada com as empresas na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

As operações da Desenvix são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda., foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção descritas na Nota 1(a), em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2012.

### **(a) Operações**

O Grupo Desenvix investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas (UHEs); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); (iii) Usinas Eólicas (UEEs); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa (UTES); e (v) Linhas de Transmissão.

A energia produzida é negociada por meio de contratos de compra e venda, celebrados tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual o preço é negociado diretamente entre o consumidor e produtor, quanto no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual o preço da energia é

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

determinado por meio de lance ofertado em leilões realizados pelo governo para suprir as demandas das distribuidoras.

A produção de energia das PCHs Esmeralda, Santa Rosa e Santa Laura foi totalmente vendida no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), através de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE), usualmente por um período de 20 anos, firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras).

A produção de energia da UHE Monel Monjolinho Energética S.A., consoante contrato firmado de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 3º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2006, foi vendida para distribuidoras por um prazo de 30 anos, a partir de janeiro de 2011. Adicionalmente, em setembro de 2008 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com o cliente privado, pelo qual foi contratada a venda de energia para o período de 1º de setembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010 (42 MW médios).

A produção de energia da PCH Moinho foi vendida através de CCVE no ACL a partir de agosto de 2011 até o mês de dezembro de 2030.

A energia produzida pela PCH Victor Baptista Adami (Passos Maia Energética S.A.) foi vendida através de CCVE no ACL a partir de janeiro de 2012 até dezembro de 2030.

A UTE Decasa obteve por meio do 1º LER realizado pela ANEEL e pela CCEE em 14 de agosto de 2008 um Contrato de Energia de Reserva (CER) para comercialização de 16 MW médios, por um período de suprimento de 15 anos, cujo início se deu em 1º de janeiro de 2010.

Por meio do primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER), foram comercializados 44,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra, 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte e 10,0 MW médios da UEE Barra dos Coqueiros. Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos, a partir de julho de 2012.

#### **(i) Empreendimentos em operação**

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações para operação de PCHs e participação integral em empreendimentos em operação que incluem:

<b>Empresas</b>	<b>Data de início das operações</b>	<b>Rio</b>	<b>Capacidade contratada em MW</b>	<b>Vencimento do contrato (autorizações)</b>
Esmeralda S.A.	23 de dezembro de 2006	Bernardo José	22,2	21 de dezembro de 2031
Santa Laura S.A.	1º de outubro de 2007	Chapecozinho	15	27 de setembro de 2030
Santa Rosa S.A.	1º de julho de 2008	Grande	30	31 de maio de 2031
Moinho S.A.	19 de setembro de 2011	Bernardo José	13,7	14 de agosto de 2038
Enercasa Energética S.A.	26 de outubro de 2011	Ibirama - SP	33	25 de fevereiro de 2044
Passos Maia Energética S.A.	17 de fevereiro de 2012	Chapecó	25	2 de março de 2034

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas e por meio de investimentos avaliados a valor justo, detém concessões para operação de serviço público de geração de energia elétrica através de UHEs:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Empresas</b>	<b>Rio</b>	<b>Capacidade contratada em MW</b>	<b>Vencimento do contrato</b>
Monel Monjolinho Energética S.A. (i)	Passo Fundo	74	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A. (ii)	Jacuí	125	28 de agosto de 2033
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (iii)	Das Antas	360	31 de dezembro de 2029

(i) A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

(ii) A UHE Dona Francisca está em operação comercial desde fevereiro de 2001, sendo que a energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à COPEL por meio da celebração de CCVE, por um período de suprimento de 15 anos. A Companhia detém 2,12% do empreendimento.

(iii) A CERAN - Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

Os serviços de operação e manutenção das PCHs e da UHE Monjolinho estão contratados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

As principais informações sobre as sociedades investidas são:

#### • **Santa Rosa S.A.**

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as três unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

Em 30 de setembro de 2011 a usina encontrava-se totalmente recuperada. Das três unidades geradoras, duas entraram em operação em junho de 2011, tendo a terceira unidade geradora, retornado em operação no mês de setembro de 2011.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os gastos para recomposição total da usina somaram até 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 6,3 milhões, apresentados no ativo circulante, mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia.

Até 29 de fevereiro de 2012, a Santa Rosa já havia recebido da seguradora, a título de adiantamento, o valor de R\$ 2,7 milhões como parte do reembolso pelos custos de recuperação incorridos.

#### **• Moinho S.A.**

Durante a fase de implantação da PCH Moinho, a construção da usina esteve paralisada em decorrência de diversos atos praticados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), inclusive depredação de determinados bens, tendo a empresa enviado correspondências ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República), Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, assim como sendo lavrado diversos boletins de ocorrência comunicando tais fatos, tendo inclusive uma ordem de reintegração de posse a favor da empresa, não cumprida.

Em 16 de abril de 2010, foi firmada a ata de reunião da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Vacaria, onde os representantes da Promotoria, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e os advogados da empresa e dos interessados, ajustaram as seguintes condições na solução das questões emergentes da construção da PCH: (i) as obras da PCH serão retomadas na primeira semana do mês de maio de 2010; (ii) as partes deverão assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde serão detalhadas as condições de satisfação das demandas formuladas pelos interessados ao Ministério Público Estadual, bem como as responsabilidades pessoais dos ajustantes e as garantias para o fiel cumprimento do ajustado, especialmente no pertinente à finalização das obras da PCH; (iii) os interessados serão convocados pelo Ministério Público Estadual, no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, de modo que, por intermédio de Termos de Ajustes Complementares, sejam estabelecidas as regras e procedimentos para concretização de eventual transmissão de propriedade e/ou aquisição, sempre assegurando-se cinco ha de área agricultável por interessado, comprometendo-se a empresa a disponibilizar um estudo técnico agrícola para acompanhamento das condições ambientais na implantação para exploração dos lotes; (iv) as ações judiciais em andamento deverão ser compostas amigavelmente podendo a empresa assumir, mediante negociação específica, eventuais honorários de advogados e custas processuais; e (v) o representante dos interessados assume, perante o Ministério Público e diante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, a responsabilidade de assegurar, junto aos seus representados, que os termos ora ajustados serão por eles cumpridos, especialmente garantindo as condições para retomada imediata do empreendimento e sua não interrupção.

Em 20 de agosto de 2010, foi firmado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) que serão firmados Termos de Ajustamento de Conduta Complementares, com cada interessado, de modo a viabilizar a consecução ao presente TAC; (ii) que a Moinho S.A. garantirá o mínimo de cinco ha de terras agricultáveis na região para cada interessado indicado pelo Ministério Público Estadual, nos termos do respectivo TAC Complementar, com garantias de acesso e devidamente mapeados, de modo a permitir que os beneficiários trabalhem na terra produzindo o seu sustento econômico; e (iii) que no prazo máximo 60 dias contados da conclusão das obras, a Moinho S.A. transmitirá as respectivas propriedades de acordo com os TACs Complementares a serem firmados, mediante cláusula modal, declarando, desde já, possuir 79,06 ha disponíveis entre áreas a serem destinadas à agricultura familiar e à composição das respectivas reservas legais. Através dos despachos de nº 3.766 e nº 3.803, a ANEEL autorizou, a partir do mês de setembro de 2011, o início da operação comercial da PCH Moinho.

#### **• Passos Maia Energética S.A.**

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 17 de setembro de 2009, a Companhia firmou com a Adami S.A. o "Contrato de Cessão de Direitos de Subscrição de Ações e Outras Avenças Sujeito a Condição", estabelecendo, dentre outros, o seguinte: (i) que a Companhia subscreveria ações em quantidade equivalente a 50% da participação societária mantida na Passos Maia S.A.; (ii) que a referida subscrição corresponderia a 338.100 novas ações ordinárias a serem integralizadas pelo montante de R\$ 10.000, sendo R\$ 6.619 a título de ágio na subscrição de ações; e (iii) que a efetividade da referida operação estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no Diário Oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial a cessão de direitos de subscrição de ações da Passos Maia S.A. pela Companhia. A referida autorização da ANEEL ocorreu em 11 de maio de 2010, mediante publicação da Resolução Autorizativa nº 3.385/10.

Em 8 de novembro de 2011 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração do nome do empreendimento que passou a se chamar PCH Victor Baptista Adami, em substituição à PCH Passos Maia. A alteração foi autorizada pela ANEEL em despacho nº 2.363 de 3 de junho de 2011.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 378, de 1º de fevereiro de 2012, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Victor Baptista Adami para início da operação em teste, e por meio dos Despachos nºs 583 e 606, de 17 de fevereiro e 23 de fevereiro de 2012, respectivamente, liberou as unidades geradoras para início da operação comercial.

#### **• Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa" atual UTE Decasa)**

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da referida sociedade, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, tendo inclusive firmado Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08 com a CCEE.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, foi firmado o Contrato de Cessão de Participação Societária, estabelecendo, entre outros, os seguintes aspectos: (i) os demais acionistas da Enercasa transferem para a Companhia a totalidade de suas ações, representando 50% do capital social da referida empresa, pelo montante de R\$ 1,00; (ii) a consumação da referida cessão está condicionada à obtenção da aprovação prévia e escrita da ANEEL em relação à cessão e transferência das ações e a obtenção da autorização pela ANEEL e/ou CCEE para a Enercasa construir a usina de produção de energia a partir de biomassa em local diferente daquele estabelecido nos termos da proposta firmada pela Enercasa em razão do Leilão nº 01/2008 promovido pela ANEEL em 14 de agosto de 2008 e do CER nº 23/08; ou seja, tudo isso para que a Enercasa possa implementar e desenvolver, em outra localidade que não aquela originalmente definida, todo o projeto decorrente ou que consta da outorga nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, emitida pelo Ministério de Minas e Energia; (iii) caso a ANEEL não aprove a cessão ou mesmo imponha qualquer restrição à mesma, as partes desde já estão cientes que retornarão ao *status quo ante*; e (iv) desde que as condições precedentes estejam presentes e seja concretizada integralmente a transferência para a Companhia das ações que os demais acionistas tem

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

na Enercasa, nenhuma multa ou penalidade eventualmente imposta pela ANEEL ou pela CCEE à Enercasa poderá ser cobrada dos demais acionistas, tampouco eventuais indenizações por perdas e danos por parte da Companhia.

Em junho de 2010 foi assinado o Memorando de Entendimentos entre a Companhia e a Usina Pau D'Alho S.A. ("Usina"), localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo, como novo parceiro e eventual sócio da UTE Decasa em substituição aos demais acionistas. A materialização dessa eventual associação estará vinculada à aprovação da transferência de ações dos demais acionistas da Enercasa para a Companhia pela ANEEL, como mencionado anteriormente, assim como da aprovação da ANEEL quanto a admissão da Usina como acionista da Enercasa. A admissão na Usina como sócia da UTE Decasa ainda não ocorreu, motivo pelo qual não foi submetida às aprovações anteriormente citadas.

Em 22 de fevereiro de 2011, a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas para a Companhia, passando essa última a ser a controladora integral da Enercasa; e (ii) a alteração do local de implantação da UTE, da capacidade a ser instalada para 33.000 kW e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração de valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela portaria MME nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Na essência, tal situação representa a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção de usina, uma vez que a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. As perdas estimadas pela não construção da usina foram consideradas nas demonstrações financeiras da Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$ 4.932, correspondente a 100% da participação societária mantida, assim como nos termos do Contrato de Cessão de Participação Societária firmado em 25 de fevereiro de 2010 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.466 representando 50% de participação da Companhia naquela data), que incorpora a perda estimada pelo não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, considerando a corresponsabilidade da Companhia, de R\$ 5.032 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.237), sendo o referido montante pago em junho de 2011.

Em 26 de outubro de 2011, a ANEEL, através do Despacho nº 4.205, aprovou o início da operação comercial da UTE Decasa.

Valendo-se do Mecanismo de Cessão aprovado em final de 2010, da Resolução Normativa nº 452, de 11 de outubro de 2011, da ANEEL e do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08, no qual a entrega de 90% da energia contratada evita a penalidade por inadimplência, a empresa adquiriu, em 2011, 95.000 MWh da São Fernando Açúcar e Álcool Ltda. e mais 22.830 MWh da Clealco Açúcar e Álcool S.A. em janeiro de 2012. A energia adquirida quando somada à previsão de geração de 8.400 MWh, para o período de 2011, totaliza 126.230 MWh, representando assim, aproximadamente 90% dos 140.160 MWh contratados através de Contrato de Energia de Reserva firmado entre a Companhia e a CCEE.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(ii) Projetos em construção**

##### **. Complexo Eólico Desenvix Bahia**

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente.

As referidas empresas controladas estão em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte. A energia a ser produzida foi contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos, a partir da data de início da operação comercial.

O cronograma de implantação do Complexo Eólico Desenvix Bahia prevê o início da operação comercial em abril de 2012. Atualmente o Complexo encontra-se totalmente montado e pré-comissionado, restando apenas comissionamento final dos aerogeradores e resolução de pendências na conexão da subestação ao sistema CHESF.

##### **. Linhas de transmissão**

Em 22 de outubro de 2010, foram firmados os Contratos de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com a Engevix Engenharia S.A. (parte relacionada - Nota 1), onde a Companhia adquiriu 25,5% de participação no capital social das seguintes empresas:

- .. MGE Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.840, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 008/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Mesquita - Viana 2, Circuito Simples, em 500 kV, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e Viana 2 - Viana, Circuito Duplo, em 335 kV, bem como pela Subestação Viana 2, 500/345 kV, no Estado do Espírito Santo.
- .. Goiás Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.929, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 002/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Rio Verde Norte - Trindade, Circuito Duplo, em 500 kV, Trindade - Carajás, Circuito Simples, em 230 kV, bem como pela Subestação Trindade, 500/230 kV, no Estado do Goiás.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os contratos acima mencionados contêm cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL. Na hipótese da ANEEL negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. Em 10 e 15 de março de 2011, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações para a Companhia.

O início da construção das linhas de transmissão ocorreu em julho de 2011. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em janeiro de 2013.

#### **• Energen Energias Renováveis S.A.**

- .. Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 19.433, composto por R\$ 6.183 em dinheiro e R\$ 13.250 por assunção de passivos, além de um bônus de *performance* de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação estava condicionada a que a JP Participações Ltda. realizasse uma reestruturação societária na estrutura de participação na Energen, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da Energen para a Companhia pela ANEEL. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.880/2011, a troca de controle da Energen Energias Renováveis S.A., assim como em 25 de abril de 2011 as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias.

A construção da usina teve início em setembro de 2011. A implantação do empreendimento já conta com 13 fundações de concreto de um total de 23. Os equipamentos principais foram contratados em setembro de 2011 junto a SINOVEL, dos quais oito aerogeradores foram embarcados no dia 10 de fevereiro de 2012, com previsão de chegar ao canteiro de obra a partir do dia 28 de março de 2012. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em julho de 2012.

#### **(iii) Projetos em estruturação**

O Grupo Desenvix tem participação em projetos em estruturação que incluem, entre outros:

#### **• Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. ("UHE Cubatão")**

Empreendimento planejado para ser instalado no rio Cubatão, em Santa Catarina. A Companhia possui 20% de participação no projeto, estando o início de construção condicionado à renovação da licença ambiental de instalação, cujo processo se encontra em andamento junto ao órgão ambiental estadual.



## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **• São Roque Energética S.A. ("UHE São Roque")**

No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios.

O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, previsto para o mês de agosto de 2012.

Foram contratados 81,8 MW médios no ACR, a um preço de venda de R\$ 91,20 por megawatt-hora. O fornecimento da energia contratada começará em janeiro de 2016 e se estenderá por 30 anos. A Companhia comercializará um excedente de garantia física, descontadas as perdas, equivalente a 6,37 MW médios, no ACL.

A homologação do leilão pela ANEEL ocorreu em 9 de março de 2012.

Atualmente a Companhia busca a obtenção da licença de instalação junto aos órgãos ambientais.

#### **• Outras informações**

- .. Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final. A Companhia, por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, não irá mais participar no referido empreendimento.
- .. Termo de Compromisso firmado com a Neoenergia S.A., em 23 de setembro de 2008, que garante a participação de 10% no capital social da futura Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída e que terá por atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, mediante condição suspensiva da Neoenergia S.A. sagrar-se vencedora do leilão de energia. O referido empreendimento ainda não obteve a licença ambiental de instalação, assim como ainda não foi constituída a referida SPE e, consequentemente, não teve início a construção da referida Usina, mesmo tendo a Neoenergia S.A. logrado êxito no referido leilão. A Companhia, por força do contrato assinado junto a SN Power, não irá mais participar deste empreendimento.
- .. Subestação Caldas Novas - o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico está em fase de constituição para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás, onde a Companhia terá participação de 25,05% na referida sociedade. Em 12 de agosto de 2011, a Companhia transferiu seu direito de exploração, referente a sua participação de 25,05% no Consórcio Caldas Novas, à FR Incorporadora Ltda. O pagamento e a transferência ocorrerão após a anuência da ANEEL. O valor do negócio foi de R\$ 325, sendo R\$ 25 para a Companhia, em restituição aos gastos incorridos com o projeto, e R\$ 300 para a Engevix, em função da renúncia ao contrato EPC.

#### **(b) Alterações societárias**

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv) adiante em 31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido do Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões

(*pré-money*) (data-base agosto de 2011). O valor a ser desembolsado pela SN Power será de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

taxa SELIC mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 31 de dezembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de R\$ 605 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, BNB e outros credores - a referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (ii) as participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (iii) o contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (iv) a Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento; e (v) aquisição da participação societária da Enx, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120 milhões; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

#### **(c) Reestruturação societária**

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2010, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) abertura de capital da Companhia a ser feita por meio de pedido de registro à CVM nos termos da Instrução Normativa CVM nº 480 e (ii) grupamento de ações da Companhia, que foi realizado na proporção de 6,709999989 ações ordinárias para cada uma ação ordinária ("Grupamento"), de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76. Face ao Grupamento ora aprovado, o número total de ações da Companhia será de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 546.787, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Em decorrência do referido processo de reestruturação societária, a Jackson Empreendimentos Ltda. participará com 75% das quotas do Fundo Caixa FIP Cevix e do Fundo de Investimento em Participações Desenvix, os quais terão 100% de participação na Desenvix Energias Renováveis S.A.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovados os termos e condições do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") e a correspondente incorporação do acervo líquido da Cevix pela Companhia. O referido acervo líquido avaliado a valor contábil em 31 de agosto de 2010 por três peritos totalizou R\$ 461.988, representado por:

Caixa e equivalentes de caixa	116.601
Despesas antecipadas e outros créditos	744
Partes relacionadas	76.248
Investimentos em controladas	
Esmeralda S.A.	27.857
Santa Laura S.A.	32.409
Santa Rosa S.A.	57.854
Monel Monjolinho Energética S.A.	131.018
Moinho S.A.	24.742
Fornecedores	(55)
Partes relacionadas	(5.359)
Demais contas a pagar	(71)
	<hr/>
Acervo líquido incorporado	<u>461.988</u>

Como deliberado na referida Assembleia, o acervo líquido incorporado teve a seguinte destinação: aumento do capital social e manutenção das reservas legal e de retenção de lucros, nos montantes de R\$ 433.647 e R\$ 28.341, respectivamente.

O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 546.787, representado por 671.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

- (iii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovadas as seguintes deliberações: aumento do capital social da Companhia em R\$ 112.940 mediante: (i) capitalização da reserva legal e de parcela do lucro líquido do exercício em curso, nos montantes de R\$ 23 e R\$ 33.161, respectivamente; e (ii) admissão do acionista Fundo de Investimento em Participações Desenvix, o qual subscreveu e integralizou capital social, no montante de R\$ 79.756. Em decorrência do referido aumento o capital social subscrito passou a ser de R\$ 113.140, representado por 132.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O lucro líquido do exercício em curso utilizado para aumento de capital, no montante de R\$ 33.161, correspondia ao resultado apurado no período de oito meses findo em 31 de agosto de 2010.

- (iv) Em reunião do Conselho de Administração da Cevix Energias Renováveis S.A., realizada em 16 de setembro de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 12.500, decorrentes de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros.
- (v) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovado o Protocolo de Cisão Parcial e Instrumento de Justificação, celebrado entre a Companhia e a Jackson Empreendimentos Ltda., aprovando a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Companhia e correspondente incorporação da parcela cindida pela sociedade controladora. O referido acervo líquido cindido avaliado a valor contábil em 30 de junho de 2010 por três peritos totalizou R\$ 220.101, representado por: (i) investimento mantido no Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, no montante de R\$ 272.234; e (ii) contas a pagar representado por financiamento contratado junto ao

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Banco Votorantim S.A. e contas a pagar (mútuo) a Cevix Energia Renováveis S.A., nos montantes de R\$ 51.922 e R\$ 211, respectivamente. Em decorrência, o capital social da Companhia foi reduzido por R\$ 220.101, passando a ser naquela data de R\$ 200, representado por 3.760 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 53,20 cada uma.

- (vi) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2010, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 42.301, mediante a capitalização de: (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 15.150; (ii) contas a pagar à sociedade controladora, no montante de R\$ 2.620; (iii) reserva de lucros - legal e retenção de lucros, no montante de R\$ 24.300; e (iv) R\$ 231 em dinheiro, sendo R\$ 1 integralizado em 26 de julho de 2010. Em decorrência do aumento, o capital social passou a ser de R\$ 220.301, representado por 4.141.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 53,20 cada uma.

#### **(d) Posição financeira**

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 257.286, dos quais R\$ 120.000 representam empréstimo com Partes Relacionadas, sendo o mesmo, como mencionado na Nota 1(b), utilizado em março de 2012 para aumento de capital.

O saldo remanescente do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção das usinas eólicas e PCHs e linhas de transmissão em andamento. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contratados, no montante de R\$ 155.104, composto como segue: (i) Eólica Barra dos Coqueiros - contrato de financiamento em fase de assinatura com o Banco de Desenvolvimento da China, no montante de R\$ 88.000, sendo a primeira liberação prevista para o mês de abril de 2012; (ii) Enercasa - contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 59.504, tendo a primeira liberação, no valor de R\$ 55.504, ocorrida no mês de janeiro e a segunda e última liberação no valor de R\$ 4.000 prevista para o mês de abril de 2012 e (iii) Passos Maia - última parcela do financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 7.600, foi liberada em janeiro de 2012. Essa modificação no perfil do endividamento bancário consolidado da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

A Companhia está em franca expansão, investindo em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros, sendo as fontes de recursos obtidas através de: (i) aportes de capital de nossos controladores e (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias que estão atreladas ao Governo Federal com vistas ao atendimento do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, que prevê a continuidade dos investimentos no setor. Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda. (controladora da Engevix Engenharia S.A.), SN Power e FUNCEF, empresas ou entidade de grande porte e importância nos segmentos de atuação.

Adicionalmente, poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia ou decidir pela venda de ativos em operação, implantação ou de projetos em desenvolvimento como outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver. Destaca-se, finalmente, que parcela substancial das usinas em implantação (PCHs, Eólicas e Linhas de Transmissão) deverá entrar em operação em 2012, sendo fonte geradora de novos recursos financeiros para o Grupo.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de suas empresas controladas, inclusive em conjunto, sendo esta última na proporção da participação mantida.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes empresas: (i) controladas - Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Moinho S.A., Macaúbas Energética S.A., Enercasa - Energia Caiuá S.A., Novo Horizonte Energética S.A., Seabra Energética S.A., Energen Energias Renováveis S.A., Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.; e (ii) controladas em conjunto - Passos Maia Energética S.A.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas (i) pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo; e (ii) pela manutenção dos saldos do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais de determinada

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

controlada, enquanto que conforme IFRS o ativo diferido foi baixado contra o patrimônio líquido na data de transição.

#### **2.2 Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

##### **(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora da adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

Transações entre companhias e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

##### **(ii) Transações e participações não controladoras**

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

#### **(iii) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação na movimentação das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.3 Apresentação de informação por segmentos**

O Grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos anos de 2011 e de 2010.



## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

#### **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### **2.6 Instrumentos financeiros**

##### **2.6.1 Classificação**

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

##### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva.

##### **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos sobre os quais a Companhia não possui influência significativa ou controle, não derivativos, que foram designados nessa categoria por não

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

atenderem às características das outras categorias. Estes investimentos estão apresentados na conta de investimentos, no ativo não circulante, tendo em vista que a administração não pretende alienar estes investimentos em até 12 meses após a data do balanço.

#### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os dividendos decorrentes destes investimentos são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

A administração estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, contando com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria entidade.

A administração avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

#### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

#### **2.7 Contas a receber**

As contas a receber correspondem a: (i) suprimento de energia elétrica contratado até a data das demonstrações financeiras; e (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* (provisão para créditos de realização duvidosa), se necessária.

#### **2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), imposto de renda e contribuição social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária e seguros, apropriados *pro rata temporis*, e as despesas incorridas com processo de abertura de capital estão demonstradas ao custo.

#### **2.9 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas**

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

A Companhia não possui investimentos no exterior. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos não realizados entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados, quando aplicável, na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto" (Nota 8).

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

#### **2.10 Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído, uma vez que seus empreendimentos são relativamente novos e não possuem defasagem material de avaliação com relação aos seus valores de mercado.

#### **2.11 Intangível**

##### **(a) Estudos de projeto**

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo estarem classificadas

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

#### **(b) Direito de concessão - uso do bem público**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

#### **(c) Licenças ambientais**

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 10).

### **2.12 Diferido**

Corresponde aos gastos incorridos na fase pré-operacional pela sociedade controlada Santa Rosa S.A., que tiveram por origem período anterior ao do início da fase de construção da usina, não tendo, dessa forma, nenhuma vinculação com o projeto, sendo amortizados pelo prazo máximo de cinco anos, a partir da data de início das operações da usina. Conforme facultado no Pronunciamento Técnico CPC 13, a administração optou por manter, nas demonstrações financeiras individuais, o saldo existente no ativo diferido até a sua amortização final.

### **2.13 Redução ao valor recuperável**

Os ativos não circulantes, não financeiros, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2011, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

#### **2.14 Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

#### **Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas", a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição de participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas (valor pago), bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

#### **2.15 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

#### **2.16 Passivos financeiros**

##### **2.16.1 Financiamentos**

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que parcela substancial dos financiamentos reúne características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada ao BNDES.

#### **2.16.2 Concessões a pagar**

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,56%.

#### **2.17 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### **2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### **2.19 Reconhecimento da receita**

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

#### **2.20 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Determinadas sociedades adotam o regime de apuração do lucro real e outras do lucro presumido, como a seguir indicado:

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(a) Lucro real**

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

#### **(b) Lucro presumido**

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, certas sociedades, cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 22.

#### **2.21 Benefícios a empregados e dirigentes**

O Grupo não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída.

Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participação nos lucros.

#### **2.22 Contingências ativas e passivas**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- (b) Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

#### **2.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).



## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### **(a) Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

##### **(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

##### **(c) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ 13.433 menor ou R\$ 10.420 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

#### 4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Total dos financiamentos (Nota 12)	755.675	399.012
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	41.490	57.672
Menos - aplicação financeira restrita (Nota 7)	56.880	18.139
Dívida líquida	657.305	323.201
Total do patrimônio líquido	598.665	588.224
Total do capital	1.255.970	911.425
Índice de alavancagem financeira - %	52,33	35,46

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 decorre da contratação de novos financiamentos para custeio dos projetos em construção (Nota 1(a)(ii)).

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	401	192	37.617	9.163
Aplicações financeiras	5	38.943	3.873	48.509
	<u>406</u>	<u>39.135</u>	<u>41.490</u>	<u>57.672</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

#### 6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento de energia elétrica (i)				
Eletrobras - PROINFA			5.988	6.241
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica			17.867	
Terceiros			8.109	6.532
Depósitos judiciais (ii)				7.773
Cientes - terceiros (iii)		6.416	2.511	7.311
Cientes - partes relacionadas (Nota 11)	2.770	490	250	250
Provisão para devedores duvidosos (iv)	(220)		(220)	
	<u>2.550</u>	<u>6.906</u>	<u>34.505</u>	<u>28.107</u>

(i) Fornecimento de energia elétrica está representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.

(ii) Depósitos judiciais - corresponde à parcela do montante decorrente do fornecimento de energia elétrica dos meses de setembro e outubro de 2009, depositado em juízo em decorrência da ação judicial em curso. Em janeiro de 2011, a ação foi julgada (sentença arbitral) favorável à Companhia, sendo os correspondentes depósitos recebidos em fevereiro de 2011.

(iii) Cientes - terceiros - o saldo em 31 de dezembro de 2010 (controladora e consolidado) corresponde substancialmente a recebível por venda de projeto básico e estudo de inventário da UHE Garibaldi, recebido em janeiro de 2011.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Em 31 de dezembro de 2011, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto da usina Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

#### 7 Aplicações financeiras restritas

##### (a) Ativo circulante

Está representada por recursos financeiros aplicados no Banco Itaú S.A. em garantia de carta de fiança bancária emitida pela referida instituição financeira em decorrência do empréstimo concedido pela

SN Power, cuja operação foi finalizada em março de 2012 e, por consequência, sendo a referida aplicação financeira liberada nessa mesma data.

##### (b) Ativo não circulante

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho e da UHE Alzir dos Santos Antunes, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra, Macaúbas as empresas devem manter saldos em conta-corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 12).

As referidas aplicações foram realizadas no Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A.

e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A movimentação da referida aplicação pode ser assim demonstrada:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
No início do exercício	18.139	9.593
Aplicação realizadas	13.716	7.500
Resgates	(1.863)	(2.132)
Parcela cindida em 30 de junho		(11.559)
Parcela incorporada em 31 de agosto		13.886
Rendimentos, líquidos de tributos	2.089	851
No final do exercício	<u>32.081</u>	<u>18.139</u>

O valor justo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 aproximam-se de seus valores contábeis.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras consolidadas e individuais  
em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 8 Investimentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Em empresas controladas	513.910	294.259		
Em empresas coligadas e outras	<u>115.472</u>	<u>66.720</u>	<u>115.472</u>	<u>66.720</u>
	629.382	360.979	115.472	66.720
Aquisição de terras	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>
	<u><u>650.821</u></u>	<u><u>381.919</u></u>	<u><u>136.911</u></u>	<u><u>87.660</u></u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, pode ser assim demonstrada:

	2011					2010				
	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	Investimento	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	Investimento
Empresas controladas										
Monel Monjolinho Energética S.A.	125.406				125.406	121.302				121.302
Santa Laura S.A.	32.499				32.499	31.340				31.340
Santa Rosa S.A.	56.567				56.567	54.960				54.960
Esmeralda S.A.	33.951				33.951	27.672				27.672
Moinho S.A.	29.396				29.396	19.373		6.850		26.223
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	26.715				26.715					
Energen Energias Renováveis S.A.	12.225	6.970			19.195					
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	1.860	36.100			37.960	534				534
Macaúbas Energética S.A.	46.344				46.344	2.927				2.927
Novo Horizonte Energética S.A.	40.311				40.311	2.911		32		2.943
Passos Maia Energética S.A.	22.265	3.541			25.806	19.867	3.541			23.408
Seabra Energética S.A.	39.760				39.760	2.918		32		2.950
	467.299	46.611			513.910	283.804	3.541	6.914		294.259
Empresas coligadas e outros										
Caldas Novas Trannsmissão S.A.	25				25					
Goiás Transmissão S.A.	20.857				20.857					
MGE Transmissão S.A.	17.497				17.497					
BBE Bioenergia S.A. (*)	2.213			(2.213)		2.213			(2.213)	
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	2.171				2.171	316		997		1.313
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	338		326		664	338		325		663
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	66.264				66.264	57.424				57.424
Dona Francisca Energética S.A.	7.994				7.994	7.320				7.320
	117.359		326	(2.213)	115.472	67.611		1.322	(2.213)	66.720
	584.658	46.611	326	(2.213)	629.382	351.415	3.541	8.236	(2.213)	360.979

(\*) Em decorrência do contrato assinado com a SN Power, a Companhia deverá transferir a participação mantida junto à BBE para a Jackson.

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - ajustado		Lucro líquido (prejuízo) do exercício - ajustado		Valor do investimento		Equivalência patrimonial		Provisão para passivo a descoberto	Lucros distribuídos ou a distribuir	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2010	2011	2010
Empresas controladas													
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix										16.543			(8.142)
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	99,99	125.572	121.301	5.214	13.305	125.406	121.302	5.215	926		(1.110)	(3.372)
Santa Laura S.A.	99,99	99,99	32.499	31.356	3.083	1.767	32.499	31.340	3.083	179		(1.925)	(499)
Santa Rosa S.A.	99,99	99,99	56.547	54.960	2.083	2.971	56.567	54.960	2.082	79		(475)	(704)
Esmeralda S.A.	99,99	99,99	33.951	27.684	8.230	1.375	33.951	27.672	8.230	1.858		(1.952)	(1.604)
Moinho S.A.	99,99	99,99	29.396	26.223	642	(112)	29.396	26.223	642	(31)		(147)	
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	100	50	26.715	(4.932)	(5.865)	(626)	26.715		(5.865)		(2.466)		
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	50	1.861	1.068	790	760	37.960	534	790	380		(200)	(150)
Macaúbas Energética S.A.	99,99	99,99	46.345	2.927	(55)	(233)	46.344	2.927	(55)	(233)			
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	99,99	40.312	2.943	(27)	(217)	40.311	2.943	(27)	(217)			
Passos Maia Energética S.A.	50	50	44.339	39.734	428	(52)	25.806	23.408	214	(26)			
Seabra Energética S.A.	99,99	99,99	39.760	2.950	(16)	(210)	39.760	2.950	(16)	(211)			
Energen - Energias Renováveis S.A.	88,33		13.840		(247)		19.195		(149)				
Empresas coligadas e outros													
Caldas Novas Transmissão S.A.							25						
Goiás Transmissão S.A.	25,5	25,5	81.792		4.916		20.857		1.254				
MGE Transmissão S.A.	25,5	25,5	68.617		2.933		17.497		455				
BBE Bioenergia S.A.	12,5	25											
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	25	25	8.684	457	(5.642)	(45)	2.171	1.313	(127)	(90)			
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	20	1.656	1.691	(27)	8	664	663					
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (*)	5	5	604.889	557.742	62	25.545	66.264	57.424					
Dona Francisca Energética S.A. (*)	2,12	2,12	112.215	99.616	34.532	24.679	7.994	7.320					
							629.382	360.979	15.726	19.157	(2.466)	(5.809)	(14.471)

(\*) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, como descrito na Nota 2.6.1(c). O ajuste de avaliação patrimonial acumulado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 totalizou R\$ 49.800 e R\$ 40.285 (líquido dos efeitos tributários - R\$ 41.867 e R\$ 35.587), respectivamente.

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2011 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.431, R\$ 189, R\$ 279, R\$ 1.715 e R\$ 1.765 (2010 - R\$ 2.523, R\$ 201, R\$ 295, R\$ 1.795 e R\$ 1.788), respectivamente.



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos e da provisão para passivo a descoberto, pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
No início do exercício	381.919	303.180
Aquisição de terras	499	7.476
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	172.028	4.106
Aquisição de participação societária	50.385	23.434
Ganho de capital (*)		28.831
Ajuste de avaliação patrimonial	9.515	3.815
Equivalência patrimonial	15.726	19.157
Transferência do ativo intangível (Nota 10)		9.450
Encargos financeiros capitalizados em controladas	9.677	
Parcela incorporada em 31 de agosto de 2010 (Nota 1(c))		273.880
Ganho com investimento (Nota 27(e))	17.264	
Parcela cindida em 30 de junho de 2010 (Nota 1(c))		(272.234)
Ajuste CPCs não controladores apropriado ao patrimônio líquido		(4.705)
Amortização de ágio	(383)	
Dividendos recebidos ou a receber	(5.809)	(14.471)
	<u>650.821</u>	<u>381.919</u>

(\*) O ganho de capital apresentado corresponde à participação da Companhia no ágio pago pela FUNCEF na aquisição de quotas do Caixa FIP Cevix.

A provisão constituída para passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 2.466 (Nota 1(a)(i)).

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, consideradas nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	<b>Passos Maia Energética S.A.</b>		<b>Enex O&amp;M de Sistemas Elétricos Ltda.</b>	<b>Enercasa - Energia Caiuá S.A.</b>
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2010</b>	<b>2010</b>
Ativo				
Circulante	5.820	1.950	2.668	290
Não circulante				
Realizável a longo prazo			14	
Imobilizado	124.923	47.992	636	11.066
Intangível			362	
	<u>130.743</u>	<u>49.942</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante	5.756	10.208	2.001	11.814
Passivo não circulante	80.648		611	4.474
Patrimônio líquido	<u>44.339</u>	<u>39.734</u>	<u>1.068</u>	<u>(4.932)</u>
	<u>130.743</u>	<u>49.942</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Passos Maia Energética S.A.		Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		Enercasa - Energia Caiuá S.A.
	2011	2010	31 de agosto de 2011	2010	2010
Resultado do período					
Receita líquida			14.819	14.714	
Custo dos serviços prestados			(8.832)	(8.114)	
Despesas operacionais	(32)	(22)	(4.439)	(5.402)	(116)
Resultado financeiro	460	(30)	(200)	(76)	(510)
Imposto de renda e contribuição social			(541)	(362)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período	428	(52)	807	760	(626)

(c) Informações sobre as empresas  
controladas e coligadas

Até 31 de agosto de 2011, a Enex era consolidada proporcionalmente considerando-se sua participação anterior de 50%. A partir de 1º de setembro de 2011 a Companhia adquiriu os demais 50% de participação (Nota 27(e)), passando a consolidá-la integralmente na suas demonstrações financeiras.

A coligada Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A. tem por atividade a participação em outras sociedades, tendo como investida (participação de 25%) a Empresa Paranaense de Participações S.A. (EPP) que tem por atividade preponderante a produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, estando atualmente em fase pré-operacional (desenvolvendo estudos e projetos para identificação de potenciais energéticos para possível implantação de futuras pequenas centrais hidrelétricas).

Em 23 de janeiro de 2008, foi firmada a Carta de Intenções pela qual a Companhia e outra empresa parceira manifestaram a intenção de participar como acionistas da BBE Brasil Bioenergia S.A., que tem por atividade a implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal e uma unidade de processamento de biodiesel, com o objetivo de produzir e comercializar o biodiesel, suas matérias-primas e seus subprodutos. Adicionalmente, a referida Carta de Intenções estabelece, entre outros, o seguinte: (i) a Companhia e sua parceira deverão integralizar o capital social, pelo montante de R\$ 2.950, por ocasião da aprovação formal do financiamento pelo BNDES; (ii) o saldo remanescente do capital social, no montante de R\$ 13.050, deverá ser integralizado pela Companhia no momento em que o BNDES liberar os recursos, ou na forma que for exigida na aprovação do projeto pelo BNDES; (iii) que a Companhia, em virtude da aprovação formal do financiamento, constituirá em favor do BNDES garantia corporativa na ordem de 25% do valor financiado para o projeto; (iv) caso a Companhia não apresente a garantia requerida pelo BNDES os demais acionistas poderão cancelar a transação ora contemplada, mediante a adoção de medidas corporativas necessárias para o cancelamento das ações subscritas pela Companhia, ressalvando-se, contudo, que nesse caso todo e qualquer valor pago pela Companhia, como parte do pagamento total pelas ações, será prescrito à BBE Bioenergia S.A.; e (v) no caso de inadimplência dos demais acionistas, representando os 75% do capital social, no fornecimento

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

das garantias requeridas pelo BNDES, a Companhia poderá optar pelo cancelamento da transação ora contemplada, mediante a adoção das medidas corporativas necessárias ao cancelamento das ações subscritas, ressalvando-se que nesse caso a Companhia terá direito de receber todo e qualquer valor pago pela aquisição das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, a Companhia subscreveu 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 32,00 cada ação, perfazendo o total de R\$ 16.000, sendo R\$ 500,00 de capital social e R\$ 15.500 de ágio na subscrição de ações, a serem integralizadas na seguinte forma: (i) R\$ 1.475 em cinco dias úteis a contar da data da AGE; (ii) R\$ 1.475 no prazo de trinta dias a contar da data do pagamento da primeira parcela; e (iii) R\$ 13.050 de forma parcelada, no prazo de cinco dias a contar das chamadas do Conselho de Administração, que serão feitas na forma aprovada pelo BNDES. A Companhia, considerando a participação da empresa parceira, integralizou a primeira parcela do capital social, pelo montante de R\$ 738, sendo a segunda parcela integralizada totalmente pela Companhia.

No final de 2009, a BBE Bioenergia S.A. ingressou em juízo com uma ação de execução para cobrança das duas primeiras parcelas relativas à integralização da parcela remanescente do capital social conforme Boletim de Subscrição, no montante original de R\$ 9.163, tendo a Companhia apresentado recursos de embargos a execução, assim como apresentou carta de fiança bancária em garantia. A administração da Companhia entende que a referida integralização deveria ser realizada observando o avanço físico da obra e a liberação das parcelas do financiamento do BNDES, fatos esses não ocorridos, assim como entende que as condições requeridas pelo BNDES na concessão do financiamento, principalmente a apresentação de garantias dos demais acionistas, ainda não foram atendidas. Os advogados da Companhia indicam que por força da condição suspensiva existente no Boletim de Subscrição firmado, a exigibilidade da dívida executada está condicionada à ocorrência de evento futuro, qual seja, a realização de chamadas do Conselho de Administração na forma aprovada pelo BNDES, sendo esse seu melhor entendimento e argumento de defesa na referida ação, indicando que a Companhia não se encontra em mora no que se refere ao cumprimento da obrigação assumida no Boletim de Subscrição como entendido pela BBE Bioenergia S.A. Finalmente, os consultores jurídicos da Companhia, diante da recente decisão do Juízo da execução, a qual determinou a remessa dos autos a outra comarca em acolhimento da exceção de incompetência relativa oposta pela Companhia, tendo a BBE Bioenergia S.A. interposto recurso de agravo de instrumento, ora pendente de apreciação, classificam o risco de perda como possível.

A Companhia, considerando todo esse contexto, principalmente aquele decorrente do relacionamento entre acionistas, constituiu provisão para perda do montante total do capital social integralizado; todavia, caso ela venha a ser requerida a integralizar a parcela remanescente do capital social, a mesma irá continuar participando na sociedade e, por consequência, revertendo a provisão constituída.

(d) **Aquisição de terras**

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projetos básicos, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 9 Imobilizado

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Usinas e outros				
Terrenos	20.317	(1.499)	18.818	20.502
Terrenos - processos judiciais (i)	2.279		2.279	853
Reservatório, barragens e adutoras	449.051	(40.516)	408.535	381.856
Edificações, obras civis e benfeitorias	38.939	(3.327)	35.612	29.850
Máquinas e equipamentos	506.213	(19.024)	487.189	133.090
Material em depósito e outros	823		823	837
Móveis e utensílios	590	(120)	470	341
Equipamentos de informática e outros	560	(201)	359	201
Outros	448	(35)	413	1.299
Sistemas de conexão				
Terrenos	137		137	137
Edificações, obras civis e benfeitorias	299	(28)	271	280
Máquinas e equipamentos	50.172	(3.090)	47.082	20.535
Imobilizados em curso, servidões e outros	68		68	632
Adiantamentos a fornecedores	90.115		90.115	124.782
Obras em andamento (ii)	165.433		165.433	92.680
	<u>1.325.444</u>	<u>(67.840)</u>	<u>1.257.604</u>	<u>807.875</u>

(i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	Consolidado	
	2011	2010
Obras civis e do reservatório	4.208	
Coordenação e contratação de fornecimento	64.703	33.372
Gastos com meio ambiente	5.400	377
Engenharia e gerenciamento da obra	8.322	2.772
Encargos financeiros	16.920	1.351
Estudos e projetos	14.483	16.078
Engenharia e gerenciamento EPC	13.607	6.844
Canteiro e acampamento	29.440	27.135
Outras	8.350	4.751
	<u>165.433</u>	<u>92.680</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	Usinas e outros	Sistema de conexão	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2009	576.581	22.332	1.196	2.963	603.072
Adições	14.368	155	124.306	77.376	216.205
Depreciação	(21.787)	(850)			(22.637)
Baixa	(36)	(1)		(215)	(252)
Transferência entre contas	1.113	39	(1.113)	(39)	
Transferência do ativo intangível				9.450	9.450
Parcela cindida em 30 de junho de 2010	(577.076)	(22.019)	(4.691)	(10.083)	(613.869)
Parcela incorporada em 31 de agosto de 2010	575.666	21.928	5.084	13.228	615.906
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adição por aquisição de investimentos	477			319	796
Adições	193.813	19.149	125.442	117.869	456.273
Depreciação	(25.009)	(1.222)			(26.231)
Encargos financeiros capitalizados				19.976	19.976
Transferência entre contas	216.756	8.764	(160.109)	(65.411)	
Baixa	(368)	(717)			(1.085)
Em 31 de dezembro de 2011	954.498	47.558	90.115	165.433	1.257.604

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	Taxa média	Percentual
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,08	3,7 a 4,8
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,29	3,7 a 6,7
Móveis e utensílios	10,00	10,0
Equipamentos de informática e outros	20,00	20,0
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,03	3,7 a 4,8

## 10 Intangível

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	32.516		32.516	29.640
Uso do Bem Público (UBP)	66.499	(5.608)	60.891	63.295
Licenças de operação	7.950	(4.538)	3.412	3.734
Direito de autorização (Nota 27)	10.511		10.511	3.541
Ágio na aquisição de investimento	30.732		30.732	
Contratos firmes	5.751	(383)	5.368	
Outros	1.535	(12)	1.523	60
	155.494	(10.541)	144.953	100.270

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

	Controladora			
	2011		2010	
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total	Total
Estudos de viabilidade e ambiental				
UHE Baixo Iguaçu	5.000		5.000	5.000
UHE Itapiranga	1.100	29	1.129	1.100
UHE Riacho Seco (ii)	3.350	6.907	10.257	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500	2.500
AHE São Roque (i)		6.853	6.853	6.853
Outros		531	531	
Estudos de inventário				
Rio Itacaiunas	1.820	19	1.839	1.820
Rio Piquiri		105	105	
UHE São Roque (i)				611
Outros		85	85	
Projetos básicos e outros				
PCH Bonança (iii)	1.493	161	1.654	1.499
PCH Sossego		87	87	
Outros		2.476	2.476	
	<u>15.263</u>	<u>17.253</u>	<u>32.516</u>	<u>29.640</u>

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2009	28.900	99.941
Gastos incorridos no período	13.794	13.794
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(4.292)	(4.292)
Transferência para investimento	(9.450)	(9.450)
Transferência para contas a receber	(5.399)	(5.399)
Ativo reconhecido - AHE São Roque (Nota 21)	6.087	6.087
Amortização da UBP, licenças e outros		(3.998)
Direito de autorização (Nota 27)		3.541
Outras adições		46
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	7.228	7.228
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(4.352)	(4.352)
Outras adições		2.651
Contratos firmes		5.751
Direito de autorização (Nota 27)		6.970
Ágio na aquisição de participação de investimento (Enex)		30.732
Ativo intangível proveniente de aquisição de controlada		190
Amortização da UBP, licenças e outros		(4.487)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>32.516</u>	<u>144.953</u>

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(a) Contratos com condição resolutiva**

Os serviços de elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e ambiental, assim como a elaboração dos projetos básicos são, substancialmente, contratados com a parte relacionada Engevix Engenharia S.A. ("Contratada").

Determinados contratos estabelecem que certos serviços, caso não sejam aprovados pela ANEEL, serão reembolsados pela contratada, assim como determinados custos só serão devidos após a realização do leilão de novos empreendimentos de energia elétrica, quando o ganhador (no caso um terceiro) deverá reembolsar a Companhia e, por consequência, a mesma pagar a contratada. Dessa forma, os pagamentos realizados à contratada por conta dos serviços prestados caracterizam-se como adiantamentos concedidos.

#### **(b) Informações sobre os estudos constantes do ativo intangível**

- (i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 1.049/2010.
- (ii) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.
- (iii) Projeto básico em fase final de aprovação, suportado por licença ambiental prévia e terras adquiridas na região do reservatório.

#### **(c) Outras informações**

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui os seguintes créditos já homologados pela ANEEL (não considerados nos estudos anteriormente mencionados) e que ainda não foram faturados contra as entidades vencedoras do leilão de novos empreendimentos de geração de energia elétrica:

- (i) Consórcio Empresarial Pai Querê - Despacho nº 489 de 24 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos, no montante de R\$ 4.380 (data-base julho de 2001).
- (ii) Consórcio GESAI - Grupo Empresarial Santa Isabel - Despachos nº 374 de 5 de setembro de 2000 e nº 523 de 31 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos decorrentes de: (i) estudo de inventário do Rio Araguaia, no montante de R\$ 673 (data-base setembro de 2000); e (ii) estudo de viabilidade, no montante de R\$ 3.261 (data-base agosto de 2001).

Consoante os referidos despachos a sua eficácia está condicionada à apresentação da licença ambiental prévia e às eventuais alterações provocadas pelas exigências ambientais, na concepção inicial desses estudos. Em decorrência, a recuperação dos referidos gastos somente será registrada contabilmente quando for provável que os benefícios econômicos futuros venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá no momento da obtenção das referidas licenças.

#### **(d) Direito de autorização**

O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto Passos Maia e o custo de aquisição. O valor será amortizado pelo período remanescente da respectiva autorização por ter vida finita, a partir da data do início da operação comercial. O teste de recuperação efetuado no exercício de 2011, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (e) Uso do Bem Público (UBP)

Como mencionado na Nota 14, o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente. A atualização monetária do referido montante foi contabilizada no ativo intangível até a data de início da operação comercial da usina, sendo posteriormente apropriada ao resultado na rubrica "Despesas financeiras". A amortização é calculada pelo método linear, a partir do início da operação comercial da usina (setembro de 2009), pelo prazo remanescente do contrato de concessão, cujo vencimento é 22 de abril de 2037.

#### 11 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
Contas a receber				
Esmeralda S.A.	460	20		
Santa Laura S.A.	230	10		
Enercasa Energia Caiuá S.A.	80			
Santa Rosa S.A.	460	20		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
Moinho S.A.	160	60		
Monel Monjolinho Energética S.A.	920	40		
Passos Maia Energética S.A.	60	60	30	30
Novo Horizonte Energética S.A.	60	20		
Macaúbas Energética S.A.	60	20		
Seabra Energética S.A.	60	20		
	<u>2.550</u>	<u>490</u>	<u>30</u>	<u>250</u>
Dividendos a receber				
Monel Monjolinho Energética S.A.	943	3.372		
Santa Laura S.A.	1.015	499		
Moinho S.A.	147			
Santa Rosa S.A.		704		
Esmeralda S.A.	<u>772</u>	<u>3.086</u>		
	<u>2.877</u>	<u>7.661</u>		
Ativo não circulante - realizável a longo prazo (i)				
Engevix Engenharia S.A.		10.655		10.655
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	45.504	6.416		3.211
Macaúbas Energética S.A.	13	47.570		
Moinho S.A.	12.785	11.920		
Seabra Energética S.A.		44.489		
Novo Horizonte Energética S.A.		38.156		
Passos Maia Energética S.A.		4.220		2.110
Usina Pau D'Alho S.A.	13.295	10.302	13.295	10.302
UHE Cubatão S.A.	7		7	
FUNCEF	4.275		4.275	
Bom Retiro S.A.	133	100	134	101
Água Quente Ltda.			915	
JP Participações Ltda.	525		525	
Jackson Empreendimentos Ltda.	<u>14.529</u>		<u>14.529</u>	
	<u>91.066</u>	<u>173.828</u>	<u>33.680</u>	<u>26.379</u>
Total do ativo	<u>96.493</u>	<u>181.979</u>	<u>33.710</u>	<u>26.629</u>



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A.			6.505	18.267
Partes relacionadas				
Engevix Engenharia S.A.	1.002		4.713	870
Monel Monjolinho Energética S.A.	16.833	5.084		
Santa Rosa S.A.	920			
SN Power (ii)	118.346		118.346	
Energen Energias Renováveis S.A.	1.131			
Santa Laura S.A.	162			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		62		
Adami S.A. Madeiras				39
	138.394	5.146	123.059	909
Total do passivo	138.394	5.146	129.564	19.176

- (i) Referem-se basicamente a contratos de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros.
- (ii) Empréstimo em moeda nacional sujeito a encargos equivalentes a variação do CDI + margem, os quais incidirão somente em caso de não fechamento de negócio (Nota 1).

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Cevix Energias Renováveis S.A.		240		40
Esmeralda S.A.	480	240		40
Enercasa Energia Caiuá S.A.	680	480	600	80
Monel Monjolinho Energética S.A.	960	720		120
Moinho S.A.	640	120	480	20
Santa Laura S.A.	240	240		40
Santa Rosa S.A.	480	600		300
Passos Maia Energética S.A.	720	140	360	
Macaúbas Energética S.A.	720	140	720	
Seabra Energética S.A.	720	140	720	220
Novo Horizonte Energética S.A.	720	220	720	
	6.360	3.280	3.600	860

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 5.683 em 2011 (R\$ 4.478 em 2010). O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 1.641 em 2011 (R\$ 1.415 em 2010), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os acionistas, diretores e gerentes totalizou R\$ 4.396 em 2011 (R\$ 2.392 em 2010).

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho, Passos Maia e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

## 12 Financiamentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Financiamento de obras - BNDES (i)			424.466	362.589
Financiamento de obras - BNB (ii)			271.422	
Cédula de Crédito Bancário (iii)	31.033		31.033	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	17.406	26.008	17.443	26.008
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.005	10.000	10.005
Outros	65	63	1.311	410
	<u>58.504</u>	<u>36.076</u>	<u>755.675</u>	<u>399.012</u>
Passivo circulante	<u>(49.665)</u>	<u>(18.612)</u>	<u>(81.519)</u>	<u>(47.920)</u>
Passivo não circulante	<u>8.839</u>	<u>17.464</u>	<u>674.156</u>	<u>351.092</u>

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Em 31 de dezembro de 2009	97.834	471.108
Captações	10.063	10.349
Parcela cindida em 30 de junho de 2010	(51.922)	(424.466)
Parcela incorporada em 31 de agosto de 2010		372.467
Pagamentos	(27.575)	(64.570)
Encargos financeiros - apropriados ao resultado	<u>7.676</u>	<u>34.124</u>
Em 31 de dezembro de 2010	36.076	399.012
Captações	211.052	561.916
Pagamentos	(208.539)	(270.793)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	10.238	44.899
Capitalizados no imobilizado de controladas	9.677	19.976
Saldo proveniente de aquisição societária (Enex)	<u></u>	<u>665</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>58.504</u>	<u>755.675</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2011	2010	2011	2010
Financiamento de obras - BNDES (i)	424.466	362.589	375.672	320.080
Financiamento de obras - BNB (ii)	271.422		244.370	
Cédula de Crédito Bancário (iii)	31.033		31.048	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	17.443	26.008	17.185	27.472
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.005	7.379	10.053
Outros	1.311	410	1.311	410
	<u>755.675</u>	<u>399.012</u>	<u>676.965</u>	<u>358.015</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

(i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

Empresas	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
		2011	2010
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	37.152	42.274
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	32.590	36.425
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	81.981	89.202
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	182.097	194.688
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	41.094	
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	49.552	
		<u>424.466</u>	<u>362.589</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	ICSD	PLxAT
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Passos Maia Energética S.A.	1,2	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

O ICSD deverá ser apurado a partir do primeiro ano, ou semestre, no qual tenha havido, em todos os meses, pagamento de parcelas de amortização do financiamento. Com relação ao índice de capitalização (patrimônio líquido em relação ao ativo total), o mesmo deverá ser mantido durante todo o período do financiamento, apurado anualmente.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto,

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

#### (ii) Financiamentos para construção das usinas - BNB

<u>Empresas</u>	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>Consolidado 2011</u>
Seabra Energética S.A.	9,5	85.706
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	85.716
Macaúbas Energética S.A.	9,5	100.000
		<u>271.422</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Mês de vencimento</u>	<u>Ano</u>	
			<u>Primeira parcela</u>	<u>Última parcela</u>
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

#### (iii) Cédula de Crédito Bancário

Contratada juntos aos Bancos Santander S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,5% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em março de 2012.

#### (iv) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

#### (v) Financiamentos de capital de giro

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de setembro de 2011 e a última em 17 de agosto de 2012 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

## 13 Contas a pagar por aquisição de terras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Aquisição de terras		2.646		2.646
Proprietários de terras	2.037		3.601	2.326
Passivo circulante	<u>2.037</u>	<u>2.646</u>	<u>3.601</u>	<u>4.972</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 14 Concessões a pagar e provisão para custos socioambientais

##### (a) Concessões a pagar

O saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,56%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

##### (b) Provisão para custos socioambientais

Está representada pelo provisionamento dos custos socioambientais a serem incorridos no atendimento das exigências contidas nas licenças de operação obtidas (Nota 2.11(c)).

#### 15 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
COFINS a pagar	292	1	1.776	895
PIS a pagar	63		386	195
Tributos retidos na fonte (ISSQN, IRRF, INSS, CSLL e outros) e outros	2.517	2.473	4.057	3.294
Taxas e contribuições ANEEL			663	693
IOF a recolher	5.143	1.440	5.143	1.440
ISSQN a pagar	40	56	235	1.017
ICMS			350	
	<u>8.055</u>	<u>3.970</u>	<u>12.610</u>	<u>7.534</u>

#### 16 Outros passivos (consolidado)

Estão representados por provisões constituídas para atender projetos sociais, meio ambiente, compensação ambiental e acabamento das usinas, assim como custos incorridos na contratação de cartas de fiança bancária.

#### 17 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2011, está representado por 100.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

##### (b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totaliza R\$ 529 (lucro do exercício de R\$ 2.228 deduzido da reserva legal de R\$ 111 - base de cálculo R\$ 2.117 (x) 25%). O Conselho de Administração entende que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório é incompatível com a situação financeira atual da Companhia, considerando os investimentos em curso, além do fato do resultado do exercício decorrer de lucros não realizados (ganho na combinação de negócios); em decorrência, será proposto na Assembleia o seu não pagamento, assim como a retenção total do saldo remanescente do lucro para fazer face a investimentos em curso.

#### 18 Receita operacional líquida

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Fornecimento de energia elétrica			139.053	104.574
Serviços prestados	6.360	3.280	15.415	6.970
Receita de reembolso de projetos		5.803		5.803
Impostos sobre serviços prestados	(373)		(2.073)	
Impostos sobre vendas de energia elétrica		(246)	(8.992)	(5.198)
Receita operacional líquida	<u>5.987</u>	<u>8.837</u>	<u>143.403</u>	<u>112.149</u>

#### 19 Custos e despesas por natureza

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Despesas com pessoal	(5.288)	(2.899)	(16.764)	(7.816)
Remuneração dos administradores	(4.396)	(1.986)	(4.396)	(2.392)
Serviços de terceiros	(5.921)	(3.174)	(9.320)	(8.407)
Viagens e estadias	(1.297)	(654)	(2.317)	(1.133)
Aluguel	(630)	(251)	(1.725)	(876)
Impostos e taxas	(248)	(99)	(693)	(474)
Encargos setoriais			(7.298)	(7.267)
Depreciação e amortização	(44)	(30)	(30.335)	(26.635)
Propaganda e publicidade	(893)	(1.590)	(1.035)	(1.761)
Seguros fianças e comissões			(2.169)	(1.893)
Compras de energia			(24.595)	
Custo projetos - reembolso		(5.803)		(5.803)
Outros	(307)	(613)	(1.399)	(1.239)
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	<u>(19.024)</u>	<u>(17.099)</u>	<u>(102.046)</u>	<u>(65.696)</u>



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(10.238)	(7.676)	(44.899)	(34.124)
Cartas de fiança bancária	(2.794)	(1.963)	(2.794)	(2.235)
IOF e multa e juros sobre tributos	(3.483)	(2.317)	(3.564)	(3.108)
Variações monetárias passivas	(192)		(192)	
Concessões a pagar e outras despesas	(207)	(68)	(3.280)	(5.761)
	<u>(16.914)</u>	<u>(12.024)</u>	<u>(54.729)</u>	<u>(45.228)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	1.868	3.517	5.053	4.918
Variações monetárias ativas		667	2	1.326
Juros e outras	<u>2.028</u>		<u>2.028</u>	<u>1.379</u>
	<u>3.896</u>	<u>4.184</u>	<u>7.083</u>	<u>7.623</u>
	<u>(13.018)</u>	<u>(7.840)</u>	<u>(47.646)</u>	<u>(37.605)</u>

#### 21 Despesas com estudos em desenvolvimento

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	2011	2010
PCH Bonito A	(178)	
PCH Bonito B	(219)	
PCH Salto Grande	(196)	
PCH Pinhalito	(257)	
EÓLICA Barra dos Coqueiros	(149)	
Rio Piquiri	(105)	(2.237)
PCH Cascudo	(176)	
PCH Ervalzinho Baixo	(166)	
PCH Bandeira	(114)	
PCH Cobre	(194)	
PCH São Manoel	(181)	
UHE São Roque	(174)	6.087
PCH Sakura	(227)	
PCH Aerado, Bom Retiro, Barracão e Sossego	(103)	(108)
PCH Bonança/Quebrada	(161)	
BBE - Bioenergia	(447)	
UHE Apertados	(198)	
Eólica Diamantina	(171)	
PCH Rio do Forno	(233)	
Eólica Canarana	(110)	
Eólica Cassino	(112)	
UHE Ercilândia	(171)	
Outros	<u>(310)</u>	<u>(1.947)</u>
	<u>(4.352)</u>	<u>1.795</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 22 Imposto de renda e contribuição social

##### (a) Do exercício

A Companhia, assim como as empresas controladas Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Monel Monjolinho Energética S.A. optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas, optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O encargo de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(7.394)	(4.284)
Diferido	3.823	1.578
	<u>(3.571)</u>	<u>(2.706)</u>

O encargo de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 31 de dezembro, pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	(3.284)	(227)
Contribuição social	(1.222)	(93)
	<u>(4.506)</u>	<u>(320)</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	(1.875)	(2.628)
Contribuição social	(1.013)	(1.336)
	<u>(2.888)</u>	<u>(3.964)</u>
Total do encargo no exercício	<u>(7.394)</u>	<u>(4.284)</u>

O cálculo dos tributos devidos segundo o regime de lucro presumido pode ser assim demonstrado:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	2011		2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo do lucro presumido				
Receita de venda de energia elétrica	81.155	81.155	104.574	104.574
Receitas financeiras e outras receitas	<u>1.185</u>	<u>1.185</u>	<u>3.045</u>	<u>3.045</u>
Lucro tributável				
Receita de venda de energia - 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social	6.492	9.739	8.366	12.549
Receitas financeiras e outras - 100%	<u>1.185</u>	<u>1.185</u>	<u>3.045</u>	<u>3.045</u>
Lucro presumido tributável	<u>7.677</u>	<u>10.924</u>	<u>11.411</u>	<u>15.594</u>
Tributos apropriados ao resultado	<u>(1.875)</u>	<u>(1.013)</u>	<u>(2.628)</u>	<u>(1.336)</u>

Como mencionado anteriormente a Companhia optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática de lucro real, tendo apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 prejuízos fiscais nos montantes de R\$ 31.315 e R\$ 6.106, respectivamente.

As empresas controladas Enex e Monel apuraram IRPJ e CSLL a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, observando o cálculo do lucro real, nos montantes de R\$ 408 e R\$ 4.098, respectivamente (2010 - somente Enex, no montante de R\$ 182 - correspondente a participação de 50%).

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 no ano (no lucro presumido R\$ 60 por trimestre, uma vez que sua apuração é trimestral) e de 9% para a contribuição social.

#### (b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro antes dos tributos	6.019	12.343
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no exercício	32.310	8.688
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem constituição dos tributos diferidos	223	176
Resultado de participações societárias	<u>(19.402)</u>	<u>(123)</u>
	<u>19.150</u>	<u>21.084</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	6.511	7.169
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	(2.593)	(4.662)
Juros sobre o capital próprio pagos por controlada	(377)	
Outros	<u>30</u>	<u>199</u>
Encargo no resultado do exercício	<u>3.571</u>	<u>2.706</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Diferido

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável, como apresentados a seguir:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	31.315	6.106
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	28.378	23.869
Combinação de negócios - ganho com investimento	(17.264)	
Ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	(49.800)	(40.285)

A composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo é a seguinte:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora e consolidado</u>
Ativo			
Imposto de renda diferido sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável		<u>2.051</u>	
Passivo			
Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da contribuição social	2.315	2.315	2.076
Imposto de renda diferido sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	9.648	9.648	8.115
Imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	(16.932)	(16.932)	(13.696)
Imposto de renda diferido sobre combinação de negócios - ganho com investimento	<u>(1.955)</u>	<u>(1.955)</u>	<u></u>
	(6.924)	(6.924)	(3.505)

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Em 31 de dezembro de 2010	3.505		3.505
Proveniente de combinação de negócios, com contrapartida no intangível - ágio	1.955		1.955
Com contrapartida no resultado			
Constituição do imposto de renda diferido ativo	(1.772)	2.051	(1.772)
Com contrapartida no patrimônio líquido			
Constituição de imposto de renda diferido passivo decorrente do ajuste de avaliação patrimonial	3.236		3.236
Em 31 de dezembro de 2011	6.924	2.051	6.924

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

## 23 Seguros e garantias

### (a) Cartas de fiança bancária e garantias

A Companhia contratou cartas de fiança bancária em garantia de financiamentos, ação judicial em curso (Nota 8(c)) e outras, no montante total de R\$ 153.551. Adicionalmente, a Companhia mantém seguros garantia com prazos de cobertura diversos, os quais são normalmente requeridos para participação em leilões ou para garantia na construção de usinas de leilões vencidos pelo Grupo, no montante total de R\$ 34.356.

A Santa Laura S.A., Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A. contrataram cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 33.851, R\$ 138.514 e R\$ 86.564, respectivamente, como requeridas pelas condições previstas nos contratos de financiamentos firmados com o BNDES (Nota 12). A Enercasa Energia Caiuá S.A., como requerido pela ANEEL, contratou carta de fiança bancária em garantia da entrada em operação, no montante de R\$ 19.900, com vigência até janeiro de 2012.

A Macaúbas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra Energética S.A., em garantia dos financiamentos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para implantação do Complexo Eólico Desenvix Bahia, contrataram cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 98.735, R\$ 84.630 e R\$ 84.620, respectivamente, com vigência entre os meses de julho e agosto de 2013. Adicionalmente, as referidas empresas contrataram seguro garantia com cobertura para o período de julho de 2011 a fevereiro de 2012, nos montantes de R\$ 49.367, R\$ 42.315 e R\$ 42.310, respectivamente.

### (b) Seguros - risco operacional e outros

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, não contrata outras modalidades de seguros. A Companhia possui seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Administradores, sendo cotomadora da apólice que possui a Controladora Jackson Empreendimentos Ltda. como tomadora, com vigência até 28 de janeiro de 2013, não sendo contratada outras modalidades de seguros em decorrência da natureza de suas operações.

A Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. Moinho S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Passos Maia Energética S.A. e Enercasa Energia Caiuá S.A. contrataram seguro de risco operacional, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 12 de setembro de 2012 (demais empresas), 21 de outubro de 2012 (Passos Maia) e 3 de novembro de 2012 (Enercasa), tendo como limite máximo de indenização por danos materiais, os montantes de R\$ 35.000 (Moinho e Passos Maia), R\$ 135.000 (Monel), R\$ 70.107 (Enercasa) e R\$ 100.000 (demais empresas). A cobertura de seguro contratada estabelece sublimites para quebra de máquinas, obras civis, barragem, linhas de transmissão, desmoronamento, alagamento e inundação, lucros cessantes, entre outros riscos, em níveis considerados adequados.

A Companhia contratou apólice de seguro de riscos de engenharia coletivo para as empresas Macaúbas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra Energética S.A., para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação das usinas, com vigência até 18 de maio de 2012, 4 de maio de 2012 e 4 de maio de 2012, respectivamente por empresa. O seguro possui o valor dos seguintes riscos declarados: R\$ 344.354 para cobertura básica de obras civis; R\$ 15.000 para construção e instalação e montagem armazenagem fora do canteiro de obras ou local do risco; R\$ 66.104 para danos físicos em consequência de erro de projeto para obras civis; R\$ 278.250 para danos físicos em consequência riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos; R\$ 17.218 para despesas de desentulho; R\$ 10.000 para despesas de salvamento e contenção de sinistros; R\$ 17.218 para despesas extraordinárias; R\$ 2.500 para honorários de peritos; R\$ 344.354 para manutenção ampla; R\$ 10.000 para obras civis, instalações e montagens concluídas; R\$ 30.000 para obras/instalações contratadas - aceitas ou colocadas em operação e R\$ 25.000 para tumultos. Adicionalmente, mantém apólice de seguro coletiva de responsabilidade civil geral, com vigência até 5 de maio de 2012, com importância segurada de R\$ 10.000 e danos morais de R\$ 5.000.

A Energen Energética S.A. contratou apólice de seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 10 de julho de 2012, com o valor dos seguintes riscos declarados: R\$ 93.682 para obras civis em construção e instalação e montagem; R\$ 2.000 para despesas extraordinárias; R\$ 5.000 para tumultos; R\$ 5.000 para despesas de desentulho; R\$ 22.000 para erro de projeto para obras civis; R\$ 71.682 para riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos; R\$ 1.000 honorário de perito, entre outras. O limite máximo de cobertura da apólice totaliza R\$ 102.182. Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 1º de julho de 2012, com importância segurada de R\$ 10.000.

A empresas mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de setembro de 2012 (Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel e Enex), 21 de outubro de 2012 (Moinho), 18 de fevereiro de 2013 (Passos Maia) e 3 de novembro de 2012 (Enercasa), com importância segurada de R\$ 2.000, além de danos morais até o limite de R\$ 400, para cada uma das empresas.

## **24 Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas empresas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, assim como não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos (*swap*, troca de moedas ou indexadores, *hedge*, entre outras).

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A Companhia e suas empresas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

#### **24.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

##### **(a) Risco de mercado**

###### **(i) Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo Desenvix não possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

###### **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Desenvix tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP e CDI, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### **(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	5.167		140.880			
Financiamentos	52.702	9.921	107.380	144.920	140.970	1.018.870
Partes relacionadas	138.394		123.059			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037		3.601			
Concessões a pagar			5.627	11.253	11.253	114.406
Em 31 de dezembro de 2010						
Fornecedores	761		42.478			
Financiamentos	21.701	17.523	80.609	127.682	99.979	189.325
Partes relacionadas	5.146		909			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.646		4.972			
Concessões a pagar			5.943	10.986	10.986	162.775

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez, uma vez que estão em curso ações para captar recursos adicionais via dívidas de longo prazo ou captação de instrumentos de patrimônio.

#### (c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES (Nota 12), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

#### (d) Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2011, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

#### (i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2011, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2012.

A Desenvix e suas controladas não possuem posições compradas ou vendidas no mercado de derivativos.

#### (ii) Fator de risco juros (consolidado)

		Variações adicionais no saldo contábil (*)					
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2011	(50)%	(25)%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(41.680)	(2.007)	(3.010)	(4.014)	(5.017)	(6.021)
Aplicações financeiras	CDI	56.880	2.739	4.108	5.478	6.847	8.216
Impacto líquido	CDI	15.200	732	1.098	1.464	1.830	2.195
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(442.573)	(13.277)	(19.916)	(26.554)	(33.193)	(39.832)
Aplicações financeiras	TJLP						
Impacto líquido	TJLP	(442.573)	(13.277)	(19.916)	(26.554)	(33.193)	(39.832)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	12,50	4,82	7,22	9,63	12,04	14,45
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,00	3,00	4,50	6,00	7,50	9,00

(\*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2012.

#### (e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, contas a pagar - projetos, contas a pagar por aquisição de terras, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo das aplicações financeiras restritas (Nota 7) e dos financiamentos (Nota 12) aproxima-se do seu valor contábil.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte apresenta os ativos financeiros mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	<b>Consolidado - nível 2</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Participações societárias minoritárias	74.258	64.744

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, instrumentos financeiros disponíveis para venda) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

#### (f) Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2011				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	3.873	37.617		41.490
Contas a receber de clientes		34.505		34.505
Partes relacionadas		33.680		33.680
Outros ativos		5.042		5.042
Aplicação financeira restrita	56.880			56.880
Investimentos			74.258	74.258
	<u>60.753</u>	<u>110.844</u>	<u>74.258</u>	<u>245.855</u>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2010				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	48.509	9.163		57.672
Contas a receber de clientes		28.107		28.107
Partes relacionadas		26.379		26.379
Aplicação financeira restrita	18.139			18.139
Investimentos			64.744	64.744
	<u>66.648</u>	<u>63.649</u>	<u>64.744</u>	<u>195.041</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>
	<b>Outros passivos financeiros</b>
31 de dezembro de 2011	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	134.375
Financiamentos	755.675
Partes relacionadas	129.564
Contas a pagar por aquisição de terras	3.601
Concessão a pagar	71.964
	<u>1.095.179</u>
31 de dezembro de 2010	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	24.211
Financiamentos	399.012
Partes relacionadas	19.176
Contas a pagar por aquisição de terras	4.972
Concessão a pagar	72.651
	<u>520.022</u>

#### (g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AAA				19.630
BBB			5.988	
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2		6.416	28.487	8.227
Partes relacionadas				
Grupo 2	93.616	174.318	33.710	26.629
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>93.616</u>	<u>180.734</u>	<u>68.185</u>	<u>54.486</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita (*)				
AAA	24	38.703	32.181	75.379
AA	12		11	
BBB	25.169	432	66.178	432
	<u>25.205</u>	<u>39.135</u>	<u>98.370</u>	<u>75.811</u>

. Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

. Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

. Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

(\*) Conforme *rating* da agência de classificação Standard & Poor's.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **25 Outros riscos operacionais**

##### **(a) Risco hidrológico**

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

##### **(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão**

As empresas controladas possuem, no caso da PCHs, autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público, assim como possui contrato de concessão para a UHE Monel, com pagamento pelo uso do bem público (Nota 1). Caso a prorrogação da autorização, ou do contrato de concessão, não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as empresas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização ou concessão hoje outorgada as empresas controladas será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

#### **26 Contingências**

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

A Companhia e suas empresas controladas não têm contingências consideradas como de perda provável.

Uma síntese dos principais processos com perda estimada como possível está mencionada a seguir:

##### **(a) Desenvix S.A.**

- (i)** A Companhia é parte integrante da ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal, relacionada com a obtenção das licenças

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no montante de R\$ 1,3 bilhão. Os consultores jurídicos indicam como possível a chance de êxito nessa questão, uma vez que: (i) existe a possibilidade de o processo ser extinto sem julgamento do mérito; (ii) em caso de insucesso, o prejuízo consistirá na anulação das licenças ambientais, bem como o ressarcimento, em caráter solidário, de todos os danos causados ao Poder Público, em especial das quantias pagas pela Eletrobras pela compra antecipada da energia a ser gerada pelas usinas e de financiamento contratado com o BNDES; ocorre, todavia, que as empresas não receberam nenhuma quantia da Eletrobras, assim como não obtiveram o financiamento do BNDES; (iii) a Companhia não participou da emissão de nenhuma das licenças ambientais sob suspeita de fraude; (iv) quando do ingresso da Companhia no negócio, as licenças já haviam sido expedidas, sendo o processo de licenciamento conduzido por outras empresas citadas no processo, como admite o próprio autor da ação; (v) a participação da Companhia limitou-se à análise técnica dos projetos, não tendo ela como saber das supostas irregularidades, porque as licenças têm fé pública e a Eletrobras e a Fundação do Meio Ambiente ("FATMA"), depois de investigarem a existência de eventuais irregularidades na expedição das mesmas, nada encontraram; e (vi) finalmente destacam que para condenação da Companhia como beneficiária da suposta fraude, teria o Ministério Público que provar má-fé e dolo, além do prejuízo causado ao erário e o enriquecimento ilícito, coisa que não o fez.

- (ii) Ação de execução de título extrajudicial para cobrança de parcelas relativas a integralização de capital em empresa coligada está comentada na Nota 8(c).

#### **(b) Moinho S.A.**

Duas ações reivindicatórias de propriedade de terras estão sendo movidas pela, ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como provável as expectativas de ganho nessas questões. Os montantes correspondentes às ações movidas pela Moinho S.A. estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

#### **(c) Monel Monjolinho Energética S.A.**

##### **(i) Ação civil pública**

Em 8 de maio de 2009, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, tendo a Fundação Nacional do Índio ("Funai") posteriormente aderido ao pólo ativo da ação, requerendo em sede de liminar a declaração de nulidade da licença de operação expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental ("FEPAM") e a paralisação do enchimento do reservatório, por haver risco de conflito entre índios e não índios; entretanto, antes mesmo da publicação da decisão liminar, a Monel Monjolinho Energética S.A. firmou o Termo de Acordo com a Funai, no qual esta se comprometeu a desistir do agravo de instrumento, não colocando empecilho à entrada em operação do empreendimento e, dessa forma, o enchimento do reservatório, que já era irreversível, foi concluído com a ciência e anuência da Funai.

Em 12 de dezembro de 2009, foi firmado "Termo de Compromisso" entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e a Funai, no qual a Monel Monjolinho Energética S.A. comprometeu-se a adquirir equipamentos para a Comunidade Indígena Votouro (dois tratores agrícolas, uma carreta agrícola, uma

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja e uma grade aradora com comando hidráulico) e Comunidade Indígena Guarani Votouro (um trator agrícola e uma plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja), com custo estimado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 450.

Adicionalmente, para a Comunidade Indígena Votouro e para a Comunidade Indígena Guarani Votouro, são devidos os montantes de R\$ 1.700 e R\$ 450, a serem pagos mediante antecipação de R\$ 215 e R\$ 15, e o saldo remanescente em 27 e 29 parcelas anuais a partir de junho de 2010, respectivamente, corrigidas pela variação do IGP-M. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão constituída totaliza R\$ 2.544 (2010 - R\$ 2.344), apresentada nos passivos circulante e não circulante na rubrica "Indenizações a pagar".

#### **(ii) Ações de instituição de servidões administrativas, desapropriação, usucapião e outras**

Ações de usucapião, reivindicatória de propriedade de terras, reassentamento com indenização, inventário e outras estão sendo movidas pela ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam as seguintes expectativas de êxito nessas questões em 31 de dezembro de 2011: (i) ações movidas pela empresa, no montante de R\$ 375; e (ii) ações movidas contra a empresa - R\$ 1.716 como perda possível e R\$ 2.252 como perda provável. Os montantes correspondentes as ações movidas pela empresa estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

#### **(d) Santa Laura S.A.**

Ação de indenização por danos materiais com pedido de lucros cessantes está sendo movida contra a empresa, pela qual o autor (posseiro) pleiteia o montante de R\$ 34 de indenização decorrente de desapropriação (área de 32.000 metros quadrados, parte de um todo maior de 5 ha), assim como lucros cessantes no valor a ser definido no futuro com base na cotação de determinado produto agrícola (144 sacas de milho ao ano), ambos acrescidos de juros compensatórios de 12% ao ano e juros de mora de 6% ao ano. Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento da referida ação indicam como possíveis as chances de êxito nessa questão e, por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras. Outras ações movidas contra a empresa, decorrentes de desapropriação de terras, estão mencionadas na Nota 9.

#### **(e) Santa Rosa S.A.**

A empresa é parte envolvida em ação cível de indenização por danos morais e materiais e pensão vitalícia por morte em acidente do trabalho. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, assim como nos contratos firmados de empreitada, entende que a responsabilidade pelo pagamento decorrente de eventual condenação é de responsabilidade das empresas contratadas e, por consequência, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessa questão.

Outra ação em curso, decorrente de desapropriação de terras, está mencionada na Nota 9.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **27 Combinação de negócios e aquisição de controle conjunto**

##### **(a) Passos Maia Energética S.A.**

Em 17 de setembro de 2009 a Companhia e a Adami S.A. Madeiras celebraram o "Contrato de cessão de direitos de subscrição de ações e outras avenças sujeito a condição", pelo qual a Adami cedeu à Companhia o direito de subscrever ações representativas de 50% do capital social da Passos Maia Energética S.A. O preço pago pela aquisição de 50% do capital social pela Companhia foi de R\$ 13.634, resultando desta forma em um controle em conjunto com a Adami S.A. sob a Passos Maia Energética S.A.

Como previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária da Adami S.A. pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial no tocante à cessão dos direitos de subscrição de ações da Passos Maia para a Companhia. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 3.385/2010, de 11 de maio de 2010.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Passos Maia Energética S.A. e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	<b>Valor de livros</b>	<b>Valor justo na data da aquisição</b>
Ativo circulante	1	1
Ativo imobilizado	8.606	8.606
Intangível - direito de outorga		3.541
Passivo circulante	(2.148)	(2.148)
Ativo líquido	6.459	10.000
Preço de compra	10.000	10.000

A diferença entre o valor pago pela aquisição e o valor justo de 50% dos ativos e passivos da Passos Maia Energética S.A. de R\$ 3.541 está apresentado em conta específica do balanço patrimonial da Companhia, sendo atribuída a mais-valia da autorização concedida pela ANEEL para instalação de pequena central hidrelétrica para geração de energia elétrica.

No consolidado, conforme mencionado na Nota 10, o ajuste ao valor justo da concessão está registrado no ativo intangível.

##### **(b) Enercasa - Energia Caiuá S.A.**

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da Enercasa, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, a Companhia e a Decasa - Destilaria de Alcool Caiuá S.A. ("Decasa") firmaram Contrato de Cessão de Participação Societária pelo qual a Decasa transferiu para a Companhia sua participação societária na Enercasa, correspondente a 50% do capital social, mediante assunção por parte da Companhia dos passivos existentes na adquirida na data da transação.

Conforme previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária na Enercasa pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, à publicação no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 2.791, de 22 de fevereiro de 2011.

Não foi aplicado o Pronunciamento de Combinação de Negócios (CPC 15), uma vez que na essência, tal situação representou a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção da UTE (usina de biomassa), onde a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, assim como a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. Em decorrência, as perdas complementares decorrentes da descontinuidade do projeto anterior foram provisionadas em 31 de março de 2011.

#### **(c) Linhas de transmissão - MGE Transmissão S.A. e Goiás Transmissão S.A.**

Como mencionado na Nota 1(a)(ii), a ANEEL, em 10 e 15 de março de 2011, emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações detidas pela Engevix Engenharia S.A. da MGE Transmissão S.A. e da Goiás Transmissão S.A. (empresas em início de operação) para a Companhia. Considerando que a Engevix Engenharia S.A. é parte relacionada da Companhia, estando as duas entidades sob controle comum, não foi aplicado o método de aquisição para contabilização da transação (CPC 15 - "Combinação de Negócios").

Considerando a participação de 25,5% mantida pela Companhia e a estrutura de governança das entidades onde a Companhia tem poder para indicação de membros do Conselho de Administração, os investimentos foram classificados como investimentos em coligadas e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data da anuência da ANEEL.

#### **(d) Energen Energias Renováveis S.A.**

Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente S.A. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	7
Partes relacionadas	14.099
Intangível - direito de autorização	6.970
Imobilizado	319
Fornecedores	(205)
Impostos e contribuições	(211)
Ativos líquidos	20.979

De acordo com o contrato de compra e venda de ações firmado entre a Companhia e a JP Participações Ltda., a Companhia está sujeita ao pagamento de um bônus de *performance* de até R\$ 4.000, que está vinculado à liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação.

#### (e) Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

Em 1º de setembro de 2011 a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu junto ao Grupo Energia, pelo preço de R\$ 18 milhões, a participação remanescente de 50% na controlada em conjunto Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. pertencentes àquele grupo, passando a Enex a ser uma subsidiária integral da Desenvix.

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	36		36
Contas a receber	3.564		3.564
Impostos a recuperar	462		462
Despesas antecipadas e outros ativos	436		436
Intangível			
<i>Softwares</i>	382		382
Ágio por rentabilidade futura		30.732	30.732
Contratos firmes		5.751	5.751
Imobilizado	954		954
Fornecedores	(406)		(406)
Empréstimos e financiamentos	(1.330)		(1.330)
Salários e encargos sociais	(1.864)		(1.864)
Impostos e contribuições	(762)		(762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.955)	(1.955)
Ativos líquidos	1.472	34.528	36.000

Como consequência da remensuração da participação anteriormente detida pela Desenvix na Enex, a Companhia apurou ganho na participação desta investida, no montante de R\$ 17.264.

Para fins de apresentação na demonstração do fluxo de caixa, o montante pago na aquisição totalizou R\$ 17.982 (R\$ 18.000 líquido do caixa adquirido de R\$ 18).

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consta do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças cláusula de não concorrência do Grupo Energia com a Enex pelos próximos cinco anos.

O ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura do investimento foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados a valor presente de futuros contratos de prestação de serviços a serem firmados pela Enex. Os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base no valor justo dos ativos intangíveis identificados.

#### 28 Resultado por ação - prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	2.228	7.609	2.546	8.924
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício (milhares)	100.000	65.507	100.000	65.507
Lucro por ação	0,0223	0,1162	0,0255	0,1362

Ações em circulação, conforme norma aplicável, referem-se ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

Conforme mencionado na Nota 1(c), em outubro de 2010 foi aprovado o grupamento de ações da Companhia.

#### 29 Compromissos

##### (a) Compromissos para aquisição de ativos

Compromissos assumidos com a compra de bens do imobilizado das usinas em construção totalizam R\$ 102.213 (2010 - R\$ 571.330).

##### (b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário

A Companhia arrenda 3 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Menos de um ano	208	6
Mais de um ano e menos de cinco anos	832	832
Mais de cinco anos	<u>3.922</u>	<u>4.130</u>
	<u>4.962</u>	<u>4.968</u>

#### **30 Eventos subsequentes**

Após 31 de dezembro de 2011 até a data de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreram os seguintes eventos:

##### **(a) Financiamento BNDES - Enercasa**

Em janeiro de 2012, a Companhia recebeu a primeira parcela do financiamento de longo prazo tomado junto ao BNDES decorrente da construção da UTE Enercasa, no montante de R\$ 55.504, e sendo prevista a liberação da segunda e última parcela, no montante de R\$ 4.000, para até o final do mês de abril de 2012.

##### **(b) Fechamento da operação de compra e venda de participação**

Como mencionado na Nota 1(b), a partir de 8 de março de 2012, a SN Power passou a ser acionista da Companhia; em decorrência o capital social votante da Companhia passa a ser distribuído da seguinte forma: (a) Jackson Empreendimentos Ltda. - 40,65%, (b) SN Power - 40,65% e (c) FUNCEF - 18,70%. O ingresso da SN Power se deu por meio de aquisição de ações dos demais acionistas (Jackson e FUNCEF) e da subscrição e integralização de nova ações, pelo montante total de R\$ 725.096, sendo R\$ 605.096 por aquisição de ações e R\$ 120.000 por aumento de capital.

##### **(c) Passos Maia**

Através dos despachos de nº 583 e nº 606, a ANEEL autorizou, a partir do mês de fevereiro de 2012, o início da operação comercial da PCH Victor Baptista Adami.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 31 Transações que não afetaram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Transações que não afetaram caixa</b>				
Contas a pagar a fornecedores, indenizações a pagar e outros passivos decorrentes de aquisição de bens do imobilizado			121.065	42.825
Variação do valor justo dos investimentos registrados pelo custo (Nota 8)	9.515		9.515	
Encargos financeiros capitalizados (Nota 9)			19.976	
Compensação de dividendos propostos com partes relacionadas passivo	1.750			
Contas a pagar por aquisição de terras - investimentos		2.646		2.646
Contas a pagar por aquisição de terras - imobilizado			3.601	2.326
Concessões a pagar			71.964	72.651
Provisão para custos socioambientais			4.351	4.427

\* \* \*